



Arquitetura revista

ISSN: 1808-5741

arq.leiab@gmail.com

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Barcellos, Vicente
Lugares ou não-lugares? Os descaminhos de um debate
Arquitetura revista, vol. 2, núm. 2, julho-diciembre, 2006
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193616283006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Lugares ou não-lugares? Os descaminhos de um debate

[Vicente Barcellos¹](#)

Surgida no âmbito da antropologia européia nos últimos anos, a idéia de não-lugares, tem sido apropriada por paisagistas, urbanistas e arquitetos sem maiores questionamentos e utilizada nos debates sobre a paisagem urbana como parte de um arsenal ideológico que pouco serve para solucionar as questões que se observa na cidade brasileira. Com o presente ensaio o autor questiona a validade da idéia de não-lugares.

Palavras-chave: [paisagem urbana](#), [transposição de ideais](#), [idéia de lugar](#)

The idea of place and non-place - A debate

Born in the scope of European anthropology in the last years, the idea of non-place has been used by landscape architects, city planners and architects without major questions. It is also used in debates about urban landscape as a part of the ideological instrument that is unable to solve questions observed in cities. In the essay that follows the author questions the value of the non-place idea.

Key words: [urban landscape](#), [idea transposition](#), [place idea](#)

Os não-lugares²

O urbanismo e o paisagismo, ao longo do seu desenvolvimento têm se alimentado de visões e formulações teóricas concebidas em outras áreas de conhecimento. Esse não é um fenômeno recente e pode ser observado desde a gênese do urbanismo e do paisagismo no século 19, como as influências dos estudos realizados por sanitaristas sobre o modo de se pensar e dar soluções aos problemas das cidades. Para que apenas o urbanismo fosse alvo dessas influências, no caso do paisagismo, basta lembrar do valor pedagógico e civilizador atribuído aos parques e espaços naturais por personagens como Frederick Law Olmsted, considerado pai do paisagismo.

Em alguns casos, essas transposições de idéias e proposições teóricas podem fazer avançar uma área do conhecimento, embora possam produzir efeitos indesejados, como muitos autores têm chamado atenção. O problema é que bases teóricas formuladas em outras áreas do conhecimento, algumas vezes, são apropriadas de forma pouco criteriosa e acabam por funcionar como elemento de diversionismo nos debates e terminam por reforçar posições puramente ideológicas que dificultam a solução dos problemas com os quais se defrontam os profissionais da área.

Tal é o caso das apropriações feitas das formulações de Marc Augé (1994), antropólogo francês que toma como mote para suas elaborações as preocupações com a questão do lugar – que emerge nos debates dos arquitetos, urbanistas e paisagistas, a partir dos anos 1970 e 1980, nos movimentos finais da derrocada do movimento modernista – e escreve um libelo de grande aceitação que se coloca contra a multiplicação daquilo que ele chama de *não-lugares*, espaços que vê em “oposição à noção sociológica de lugar” e “toda uma tradição etnológica àquela da cultura localizada no tempo e no espaço” e

como produto das transformações econômicas, sociais e culturais recentes (Augé, 1994, p. 36).

As bases teóricas da crítica de Marc Augé situam-se na antropologia e só indiretamente dizem respeito às concepções e idéias do campo da arquitetura, do paisagismo ou do urbanismo. Entretanto, ao criticar os *não-lugares* como *locus* privilegiado de práticas sociais de um tempo e de uma cultura que chama de *supermodernidade* sugere, – de modo sub-reptício, mas insistente –, que aos *não-lugares* corresponderiam determinados atributos físico-espaciais.

Em sua argumentação, Marc Augé cita como *não-lugar*, os aeroportos, supermercados, vias-expressas e outras estruturas que caracterizam as cidades atuais. E endossa críticas às “cidades novas, originárias de projetos urbanísticos ao mesmo tempo tecnicistas e voluntaristas”, por “não oferecerem um equivalente aos lugares de vida produzidos por uma história mais antiga e mais lenta” (1994, p. 64). O que fica evidente em toda sua argumentação é que o autor tem um ideal de cidade pré-figurada e assume posições nos debates sobre questões urbanas. Por esse motivo, certamente, suas idéias têm tido ampla repercussão entre os profissionais que atuam na paisagem urbana.

Os lugares

Ao serem apropriadas, as idéias de Marc Augé passaram a funcionar nos debates urbanos como um reforço das críticas feitas às realizações do movimento modernista³, acusado de descaso às referências ao lugar e ao contexto, tal como havia feito antes Aldo Rossi (1988) ao clamar consideração pelo “*genius loci*”, para logo a seguir ser, também, usada nas críticas às realizações do pós-modernismo.

De fato, as intervenções do movimento modernista, em sua maior parte, deram pouca atenção às questões de contexto e de lugar – fato que lhe valeu a denominação de *international style*. Embora algumas vertentes do discurso modernista enfatizassem a idéia de adequação ao contexto geográfico, social e cultural, suas práticas acabavam quase sempre alienando tais aspectos e produzindo como resultado soluções pretensamente universais que acabaram disseminadas e repetidas ao redor do mundo, independentes do contexto geográfico e social.

A miríade de concepções e idéias abrigada sob a denominação de pós-modernismo, foi nutrida, em boa medida, no combate ao descaso pelo contexto e pela idéia de lugar dos modernistas. Entretanto, finda a hegemonia modernista, o que se observa é que as obras e realizações inspiradas pelos novos ideais acabam por repetir a alienação ao contexto, mesmo porque o modelo urbano que seduzia os críticos da paisagem modernista era a chamada *cidade tradicional* e suas morfologias de paisagem e de lugar. Era a volta do modelo anterior ao modernismo o que se queria e que passa a ser apreciado, devido à exaustiva repetição dos modelos modernistas.

Como resultado, hoje, independente do contexto, pulula em nossas cidades o vale-tudo de um ecletismo revisitado e rejuvenescido (Figuras 1 e 2). Mas não há nenhum fato novo aí. A arquitetura, o paisagismo e o urbanismo, áreas onde intervêm a técnica e a arte, sempre esteve sujeita ao jogo de referência a outros contextos, às experiências passadas e presentes.

Figura 1. Padaria no comércio de vizinhança de uma superquadra de Brasília. Fonte: foto do autor.



Figura 2. Fachada de empreendimento imobiliário em São Paulo. Fonte: www.guiasaopaulo.com.br



Mesmo no caso das obras do paisagismo que ao longo da sua evolução estiveram menos permeáveis a grandes variações de modelos, – seja pela tradição do seu ideário focado nas questões da paisagem, seja pela própria ênfase dada aos recursos naturais que induzem e limitam as possibilidades de manipulação estética. Ainda assim, sua história está cheia de obras que adotam modelos que fazem uso do jogo de referências a outros contextos e que, em maior ou menor grau, alienam o lugar.

Tal é o caso de notáveis realizações do século XIX, como o Parque Buttes-Chaumont, em Paris, construído por Alphand em 1863, que, aproveitando área degradada pela extração mineral, compõe idílico cenário romântico com falsas ilhas e grutas. (Figuras 3 e 4). No mesmo espírito, mas em outro contexto, Glaziou repete no Rio de Janeiro a solução de Alphan, ao criar primorosas grutas de argamassa durante a reforma do Campo de Santana e da Quinta da Boa Vista. Em ambos os casos, a ação dos elementos vegetais e climáticos ao longo do tempo acabou por eliminar o ar de deslocamento e de artificialidade inicial, fazendo com que tais obras hoje continuem a ser reverenciadas (Figura 5).

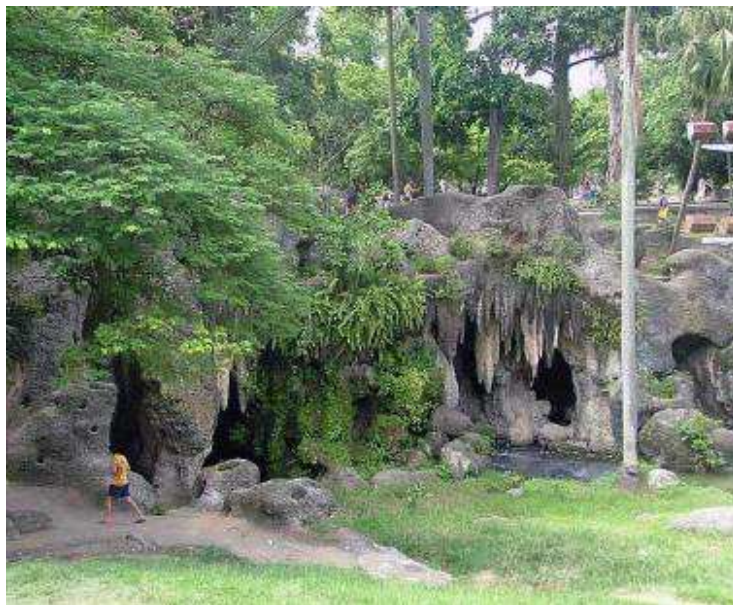
Figura 3. Ilha e lago do Buttes-Chaumont, Paris. Fonte: www.cdanslair.net.



Figura 4. Cascata no interior de caverna na ilha do parque de Buttes Chaumont, Paris.
Fonte: www.cdanslair.net.



[Figura 5. Grutas da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro. Fonte: foto do autor.](#)



Entretanto, exemplos recentes de obras resultantes do mesmo jogo de referências suscitam incômodos na crítica de arquitetos e paisagistas, por reproduzirem paisagens de outros contextos, como é o caso dos parques temáticos americanos e de alguns parques brasileiros, concebidos com o explícito objetivo de agradar ao grande público (Figuras 6 e 7).

[Figura 6. Réplica das Montanhas Rochosas, EPCOT Center, Orlando. Fonte: foto do autor.](#)

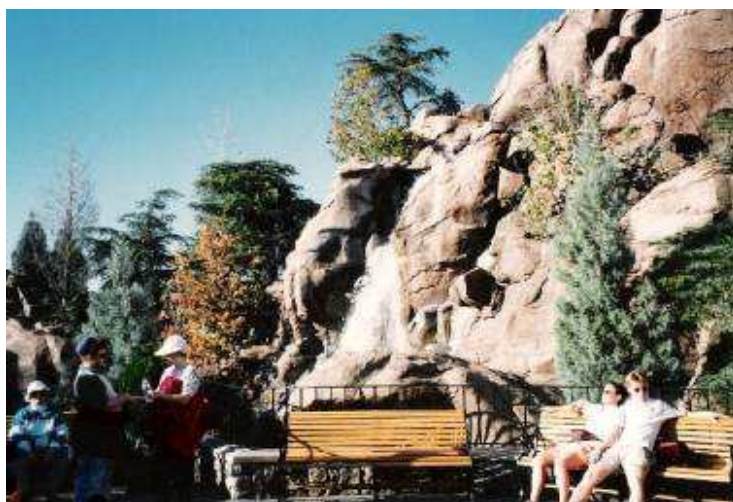


Figura 7. Castelo do Parque Tanguá, Curitiba. Fonte: foto do autor.



Não é o objetivo aqui aprofundar o debate da questão do falso e do verdadeiro, mas não há como deixar de observar que a presença de falsas cavernas, montanhas e rios, – presentes nos parques do século XIX, mas, também, nos parques temáticos de hoje, despertam forte rejeição entre iniciados na crítica da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, embora sejam de grande aceitação popular. Mas são apenas bromas que, submetidas a um olhar rigoroso, podem ser interpretadas como uma alienação do contexto ou do lugar.

No âmbito das paisagens urbanas, do mesmo modo, essa alienação do contexto não é recente. Basta lembrar a reforma urbana do Rio de Janeiro do início do século 20, que no anseio de dar ares de civilidade a então capital da república recém-proclamada, demoliu parte significativa da cidade colonial e escravocrata ao abrir novas ruas e avenidas para estabelecer um padrão francês de paisagem e de tratamentos dos espaços públicos, modelo em voga em todas as grandes capitais do mundo. Certamente que se poderia alegar que se tratava de um cenário fora de contexto ou de um não-lugar, como nos sugere Marc Augé, resultado que é de um projeto voluntarista e não um lugar de vida produzido por uma história mais antiga e mais lenta (Figura 8).

Figura 8. Avenida Rio Branco no início do século XX, Rio de Janeiro. Fonte: www.almacarioca.com.br



A transposição de modelos, sabe-se, é um fenômeno recorrente que caminha *pari passu* aos processos de integração econômica e cultural das sociedades humanas. O que pode ser diferente, no momento atual, é a aceleração desses processos de integração que intensifica a disseminação de novos modelos e sugere uma homogeneização cultural, situação que tende a provocar sentimentos de desconforto e de rejeição às novas realidades com as quais somos obrigados a nos defrontar. Não é por outro motivo que tais momentos de aceleração das transformações são percebidos como momentos de crise.

Conclusão

Ainda que se considere que o jogo de referências a outros contextos é fato recorrente e não exclusivo dos tempos atuais, algumas dúvidas, certamente, permanecem. Qual seria então a diferença entre as realizações mais recentes e as realizações que fazem parte do passado?

Desconsiderando a qualidade intrínseca de cada obra dos períodos referidos, pode-se supor que, – a tendência seria que as obras do passado mais remoto despertassem maior empatia, enquanto as obras mais recentes provocassem sentimentos de estranhamento e até de incômodo –, pelo menos entre aqueles segmentos sociais mais educados no olhar da paisagem urbana, entre os quais, certamente, se incluem o paisagista, o arquiteto e o urbanista.

Um professor de literatura, Andreas Huyssen (2000), nos dá pistas para entender esse fenômeno ao apontar essa excessiva valorização do passado e a tendência de musealização das cidades como decorrências de um mal-estar que parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com a aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentimentos estão bem preparados para lidar. “Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para as memórias em busca de conforto” (Huyssen, 2000, p. 32).

Ainda segundo o autor, algo mais deve estar em causa, que produz o desejo de privilegiar o passado e os mercados de memória; – esse algo, ele sugere, seria uma palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global. E sugere ainda que uma das lamentações permanentes da modernidade se refere à perda de um passado melhor, vivido em um lugar circunscrito e estável, numa cultura construída localmente com seu fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes. Huyssen, com perspicácia, conclui que talvez tais dias tenham sido mais um sonho que uma realidade.

Para concluir, se poderia dizer que, o que Marc Augé não fala, os não-lugares – passado o momento histórico em que foram construídos – pelo uso social e vivência cotidiana, vão sendo impregnados por novos significados. E nesse processo em que as transformações econômicas, sociais e culturais se sucedem, o espírito da época em que foram realizadas se perde. Juntem-se a esses processos os efeitos físicos da pátina do tempo e o resultado é que tais obras acabam sendo vistas e percebidas numa perspectiva alterada.

NOTAS

¹ Arquiteto e Urbanista, Paisagista. Professor doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

² Versão apresentada ao 8º ENEPEA, Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, São Paulo, setembro de 2006.

³ Sobre assunto ver Otília Arantes (1999).

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. 1999. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo, Edusp.

AUGÉ, M. 1994. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus.

HUYSEN, A. 2000. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora.

ROSSI, A. 1988. *The architecture of the city*. Cambridge, MIT Press.